



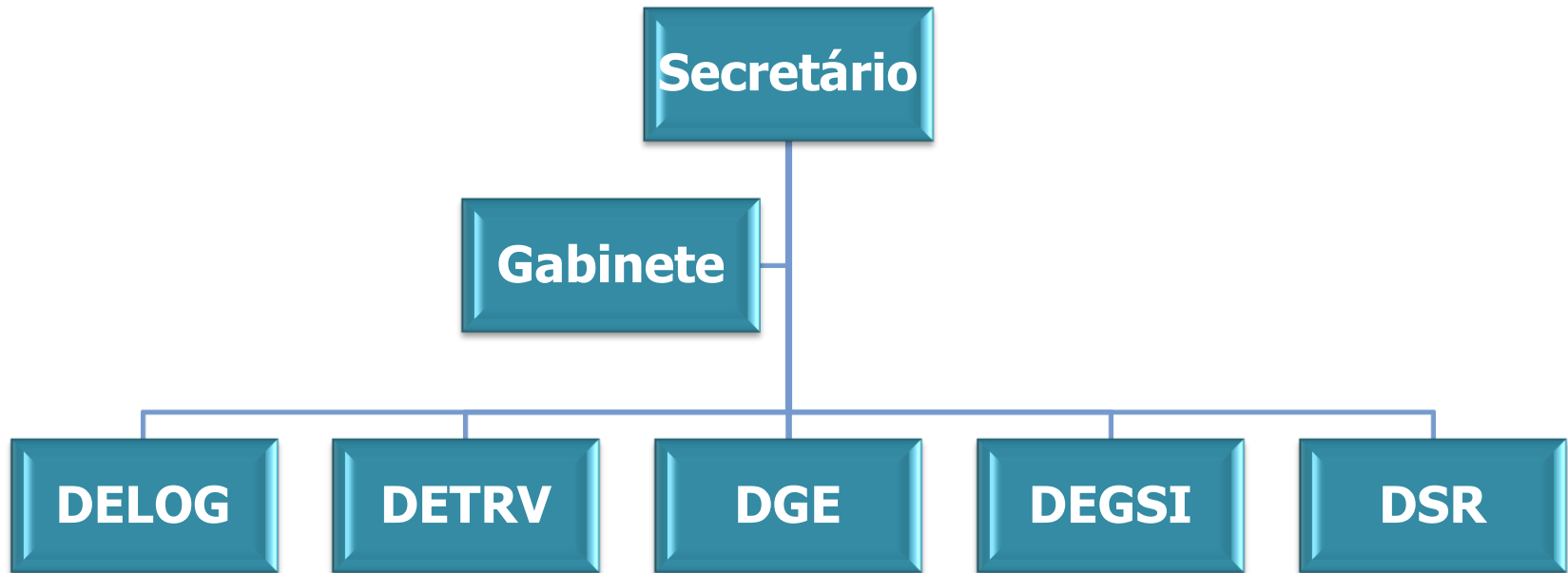
Processo Eletrônico Nacional



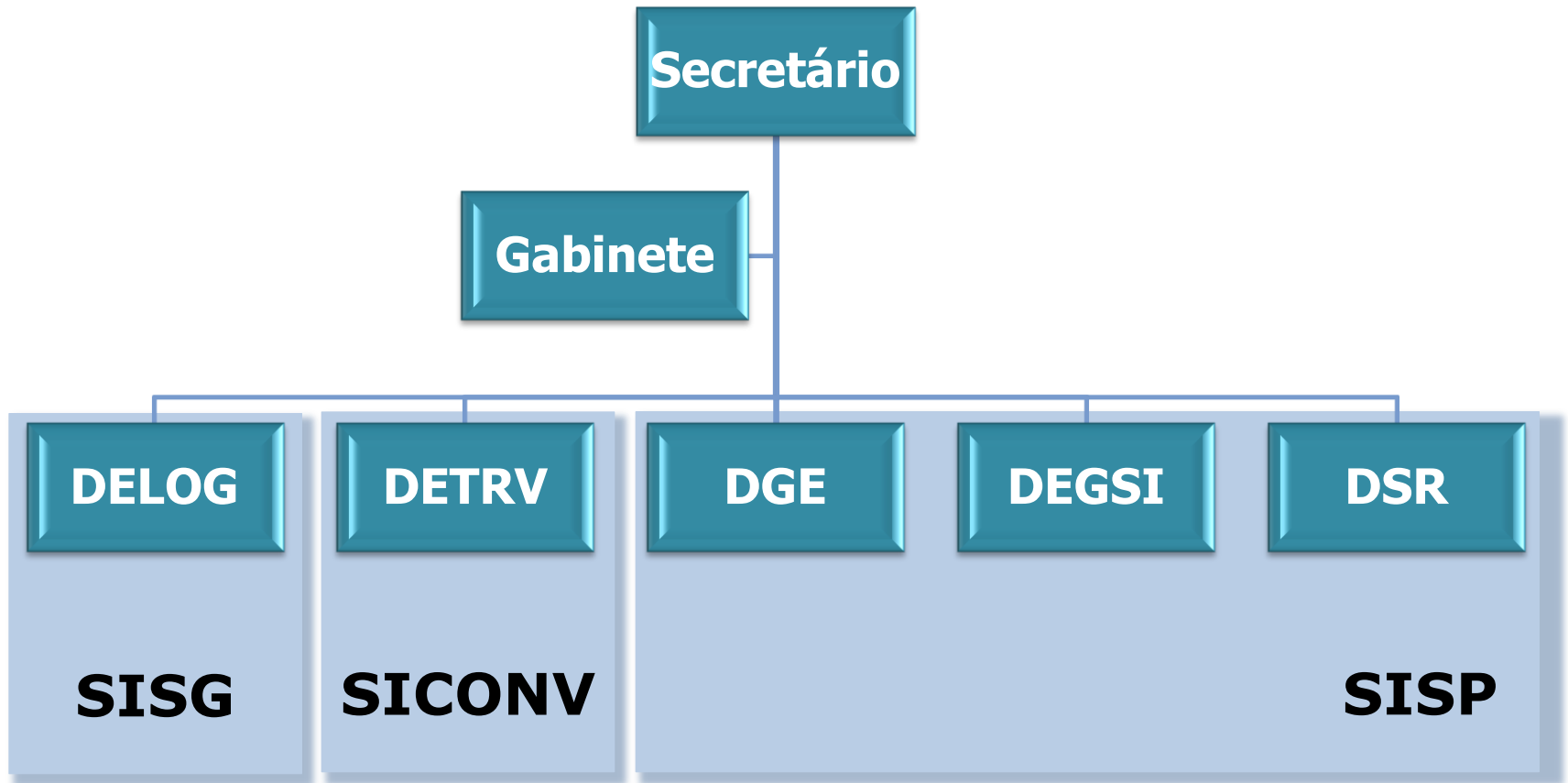
*INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO*

Ouro Preto (MG), 4 de novembro de 2015

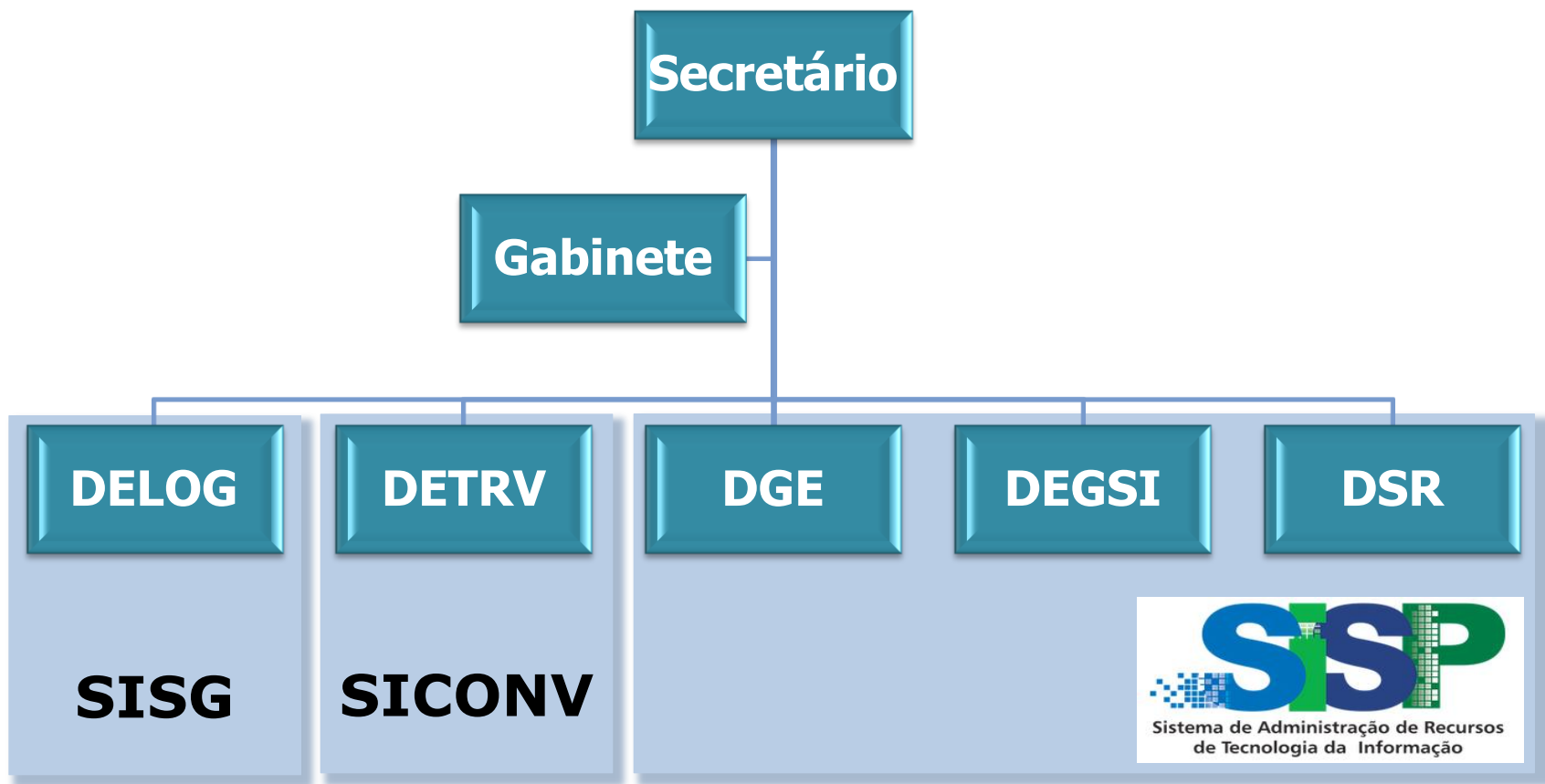
Contexto do Projeto PEN



Contexto do Projeto PEN



Contexto do Projeto PEN



Contexto do Projeto PEN



Contexto do Projeto PEN



O Que é o Projeto PEN?

Iniciativa coordenada pelo governo federal

Reúne órgãos e entidades de diversas esferas e poderes

Objetivo:

Construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico

Resultante da **integração de diferentes esforços** que já estavam em curso no âmbito do governo federal

Objetivos do PEN

Melhorias no Desempenho dos Processos da APF

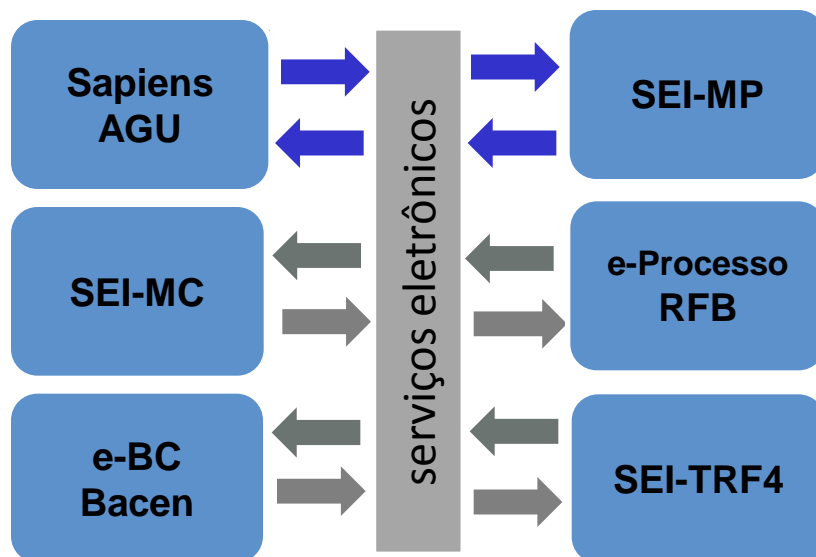
- agilidade
- produtividade
- satisfação do público usuário
- redução de custos
- sustentabilidade
- compartilhamento de conhecimento
- transparência ativa
- mudança organizacional e qualidade de vida do servidor

Principais Entregas do PEN

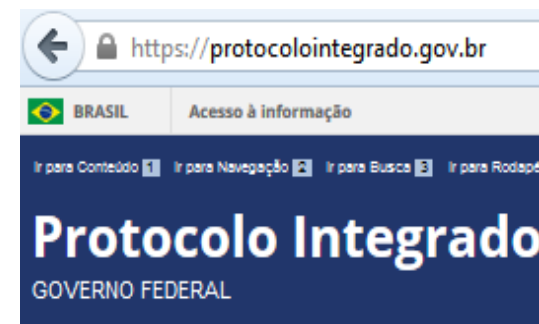
Solução de processo administrativo eletrônico



Serviços centralizados de processo eletrônico (barramento)



Protocolo Integrado



- Solução de processo eletrônico selecionada no âmbito do PEN
- Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e **cedido gratuitamente** para as instituições públicas
- Práticas **inovadoras** de trabalho
- Interface **intuitiva** e orientada ao aumento de produtividade
- **Arquitetura de software bem definida**
- **Compatibilidade com diversos ambientes operacionais**
- Histórico de **implantações bem-sucedidas** em outros órgãos
- Execução em plataforma **100% software livre** e propriedade pública

Tempo e Custo de Desenvolvimento de uma Solução de Processo Eletrônico

e-Processo – Receita Federal do Brasil

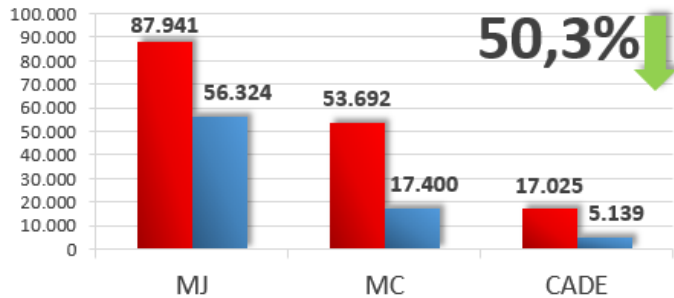
Ordem	Módulo	Prazo (meses)	Valor (R\$)
0	Estudo preliminar	Inicial	R\$ 400.000,00
1	Operacional	24	R\$ 6.000.000,00
2	Cidadão	8	R\$ 2.000.000,00
3	Gerencial	16	R\$ 4.000.000,00
4	Birô de digitalização	8	R\$ 2.000.000,00
5	Emissor de documentos	8	R\$ 2.000.000,00
6	Julgamento	16	R\$ 4.000.000,00
Total			R\$ 20.400.000,00

Fonte: Ações premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2011. Brasília: ENAP, 2011. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=docman&task=doc_download&gid=377730>. Acesso em fev 2015

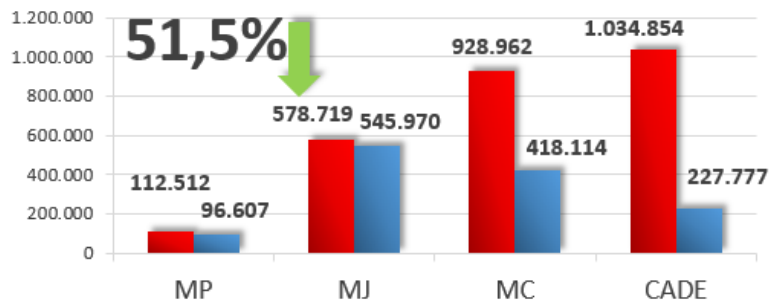
Redução de Custos Contratuais

2014 2015

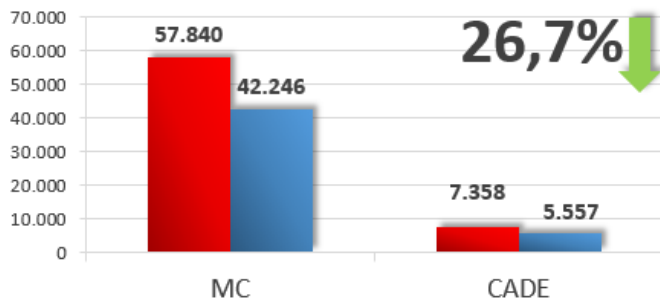
Papel



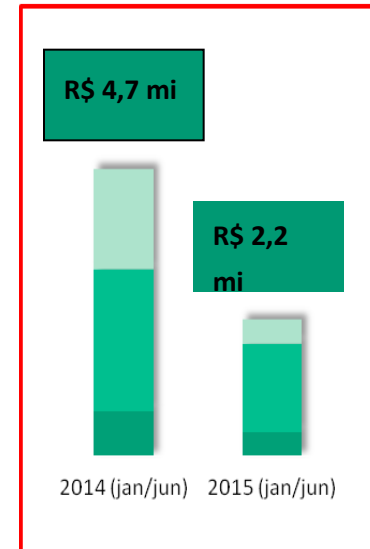
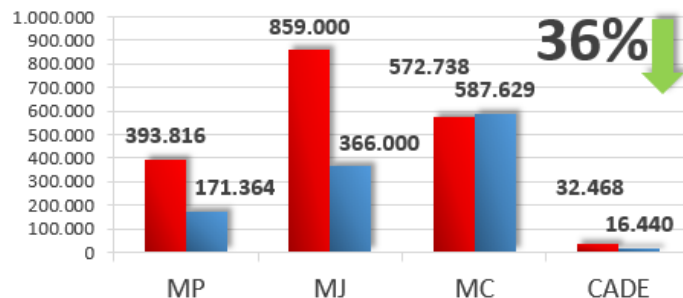
Outsourcing



Material de escritório





Serviço de postagem



Fonte: Órgãos que utilizam o SEI (MP, MJ, MC e CADE). Atualizado em julho/2015 Período de jan. jun/2014 a jan.jun/2015

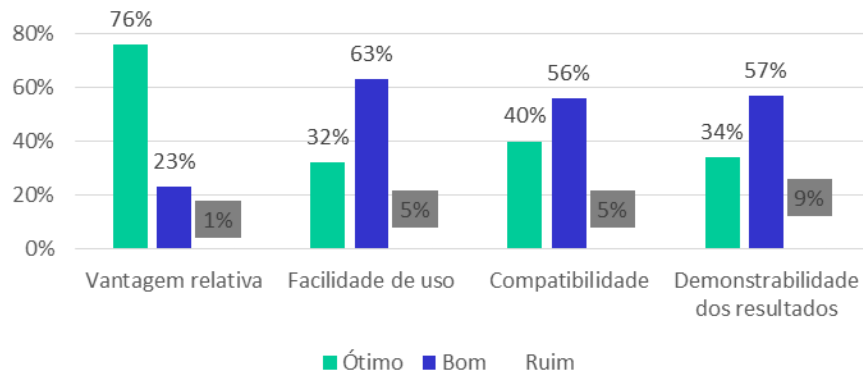
Redução do Tempo de Trâmite dos Processos

TIPOS DE PROCESSOS	ANTES 	DEPOIS 
Alteração do período de Férias	18 dias	4 dias
Aposentadoria	32 dias	10 dias
Alterações Folha de Pagamento	45 dias	5 dias
Denúncias, Sindicâncias e Inquéritos	119 dias	27 dias
Questões ligadas a processos judiciais	90 dias	20 dias

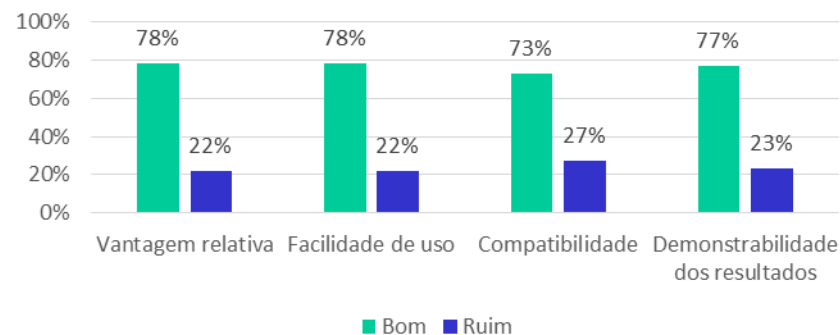
Fonte: Órgãos que utilizam o SEI (MP, MJ, MC e CADE). Tempo médio de tramitação de processos semelhantes. Atualizado em julho/2015.

Pesquisa de Satisfação – Uso do sei!

CADE
119 SERVIDORES

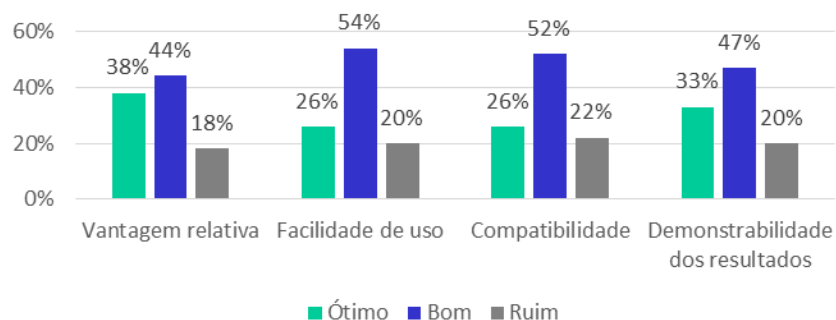


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
208 servidores



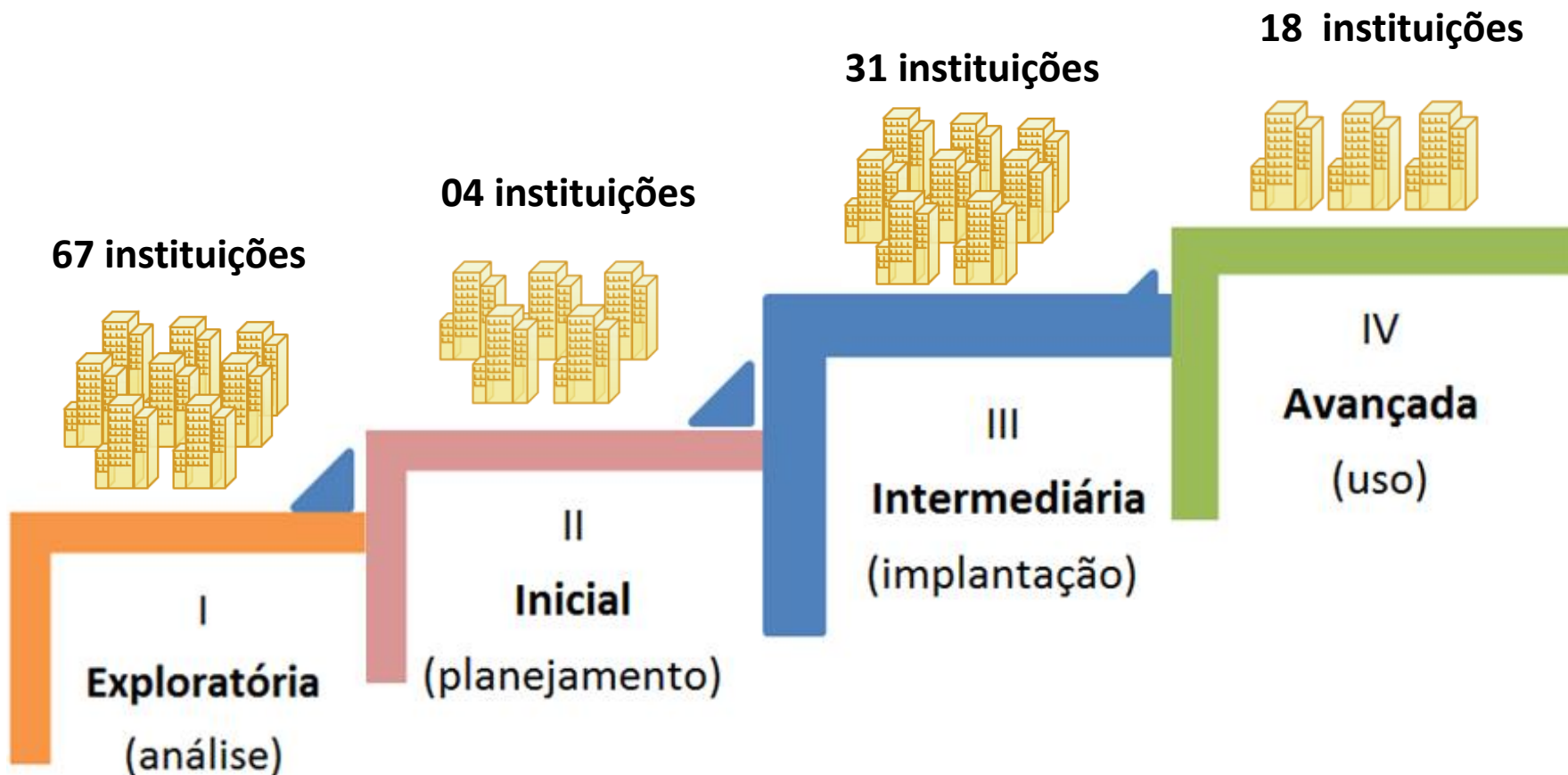
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

537 servidores



Fonte: Órgãos que utilizam o SEI (MP, MJ e CADE). Pesquisa realizada em julho/2015.

Adoção do **sei!** na APF = **120** instituições



Instituições da APF com o **sei!** em Produção

1. Agência Nacional de Telecomunicações
2. Comissão de Valores Mobiliários
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica
4. Controladoria Geral da União
5. Escola Nacional de Administração Pública
6. Gabinete de Segurança Institucional (Casa Militar)
7. Ministério da Defesa
8. Ministério da Integração
9. Ministério da Justiça
10. Ministério das Comunicações
11. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
12. Ministério dos Transportes
13. Secretaria de Direitos Humanos/PR
14. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
15. Agência Nacional de Cinema
16. Departamento de Polícia Rodoviária Federal
17. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
18. Ministério da Educação

Uso do **sei!** por Estatais

TRF4 Autorizou

Aguardando Resposta de Ofício enviado pela SLTI ao TRF4

Pontos de Atenção para Implantação do **sei!**

- Apoio e acompanhamento da **ALTA ADMINISTRAÇÃO** são determinantes para o sucesso do projeto
- Defina a estratégia de implantação:
 - (i) gradativa por processos; ou
 - (ii) simultânea de todos os processos
- Institua equipe interdisciplinar exclusiva para o projeto: TI e gestão documental, com assessoria de comunicação
- Não há necessidade de mapear ou rever processos
- *Faça o novo nascer eletrônico, defina regras de transição e, por último, pense no legado*

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Apoio Contínuo da Alta Administração

IFES **FOR**
PLAD

MTE
SDH



MJ

MEC



SUSEP

Mudança Cultural: o Grande Desafio

Importância do Endomarketing



A educação é o futuro e o futuro é sustentável

Eu não sabia

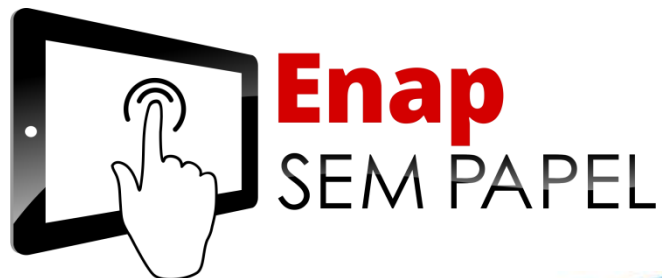
Que, além de ter implementado diversas atitudes sustentáveis, o Ministério da Educação está desenvolvendo o projeto MEC Eletrônico, cuja principal ferramenta é o Sistema Eletrônico de Informações **sei!**



Faça sua parte, clique no link abaixo e conheça o sistema que está modernizando a administração pública.



Agora eu **sei!**



**MINISTÉRIO DO
TURISMO**

<https://www.youtube.com/watch?v=UkFp7DLnGbA&feature=youtu.be>

VIDEOCLIP AGORA EU SEI

Implantação do **sei!**

- Comunidade **sei!** no Portal do Software Público Brasileiro
 - ✓ metodologia de implantação
 - ✓ manuais, vídeos, wiki
 - ✓ fóruns de discussão
 - ✓ registro de sugestões de melhoria
- Atuação colaborativa da rede de parceiros
- Eventos periódicos: divulgação do projeto e oficinas
- **sei!** como Serviço (SaaS):
 - ✓ Serpro
 - ✓ Dataprev
 - ✓ Empresas estaduais e municipais de PD (ABEP)

Evoluções do **sei!**

- **Modelo de Governança da Versão de Referência:** desenvolvimento **colaborativo** de melhorias sob coordenação de SLTI e TRF4
- **Comunidade de Negócios** do **sei!** em funcionamento
- Evoluções em andamento:
 - ✓ integração SEI ↔ Protocolo Integrado (SLTI) - **concluída**
 - ✓ integração com solução de barramento (SLTI)
 - ✓ peticionamento eletrônico (MC e CADE)
 - ✓ integração com DOU/IN (Anatel)
 - ✓ ajustes para atender regras arquivísticas (SLTI e AN)
 - ✓ integração com Sapiens (AGU)
 - ✓ integração com e-OUV (CGU)
 - ✓ adequação do SEI às regras da LAI (CGU, SLTI e GSI)

Principais Inovações Normativas

- **Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015**
 - ✓ seis meses: prazo máximo para elaboração de cronograma para adoção do processo eletrônico
 - ✓ dois anos: prazo máximo para as instituições federais implantarem o processo eletrônico
- **Portaria Interministerial MJ/MP n° 1.677, de 7 de outubro de 2015**
 - ✓ define procedimentos para o processo digital/eletrônico
 - ✓ entra em vigor em 180 dias a contar da data de publicação



processo.eletronico@planejamento.gov.br

softwarepublico.gov.br/social/sei

(61) 2020-1166

Fernando A B Siqueira Jr
SLTI/MP - Secretário Adjunto